



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP

NOTIFICAÇÃO

Interessado: **MAYA ALFRA**

Referência: **Cancelamento de Autorização de Residência decretada (SEI nº 08389.007936/2023-61)**
Conforme disposto no art. 33 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, **inc. I, art. 136 do Dec. nº 9.199/17,**

Fica o(a) senhor(a) **MAYA ALFRA**, portador(a) documento de identificação de estrangeiro nº **G381885S (ATIVO)**, natural da(o/e) **Síria**, nascido(a) aos 08/08/1985, filho(a) de RANA ALSHARIF e MOHAMAD ZIAD, **NOTIFICADO(A)** a apresentar **RECURSO**, no **PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS**, em face de decisão **prolatada pelo** Superintendente Regional da Polícia Federal em São Paulo **que determinou** o cancelamento de sua autorização de residência em razão de, supostamente, **ter cometido fraude**, nos termos do **artigo 136, inciso I, do Dec. nº 9.199/17.**

DECISÃO DO SR:

Trata-se de processo administrativo instaurado em desfavor de **MAYA ALFRA**, visando à averiguação do cancelamento de sua autorização de residência, em razão de ter se utilizado de documentos ou informações falsas para a obtenção da autorização de residência, nos termos do art. 33 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e inciso I do art. 136 do Decreto 9.199/2017.

Apreciando os autos em referência, diante das informações e documentos produzidos, com fulcro no art. 136, inciso I, do Decreto nº 9.199/2017, **DECRETO** o cancelamento da autorização de residência do referido estrangeiro no Brasil, incorporando a esta decisão os fundamentos mencionados no Despacho DELEMIG acima e no Despacho/Relatório NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP 32834457.

Os documentos relativos ao recurso deverão ser apresentados por meio eletrônico através do e-mail: processos.nre.drex.srsp@pf.gov.br ou protocolados no térreo desta Superintendência, Rua Hugo D'Antola, 95, Lapa de Baixo, São Paulo/SP.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL FERREIRA MONTEIRO, Agente de Polícia Federal**, em 13/12/2023, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32954064&crc=6F6063C2.
Código verificador: **32954064** e Código CRC: **6F6063C2**.